

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 375**

Período: 01/05/2010 – 07/05/2010

GEDES – Brasil

- 1- Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre Lei da Anistia gera divergências
- 2- Brasil poderá emprestar aviões Tucanos para ações contra o narcotráfico no Paraguai
- 3- Brasil é contra a assinatura do Protocolo Adicional do Tratado de Não Proliferação Nuclear
- 4- França iniciará construção do primeiro submarino modelo Scorpéne adquirido pelo Brasil
- 5- Decisão sobre escolha final do caça para Projeto F-X2 está próxima
- 6- Empresa privada mostra interesse em participar do Plano Nacional de Defesa

1- Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre Lei da Anistia gera divergências
Conforme noticiaram os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no dia 29/04/10, que a Lei da Anistia (1979) permanecerá com a atual interpretação, o que não permite a punição de agentes do Estado que tenham praticado atos de tortura durante o regime militar brasileiro (1964-985). As posições de autoridades do governo em relação ao tema foram controversas desde o início das discussões sobre uma suposta revisão da Lei e suscitaram divergências entre os ministérios: o ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, e Tarso Genro, ex-ministro da Justiça, lamentaram a decisão; os militares, por outro lado, avaliaram que a decisão do STF e a nova redação feita pela Comissão da Verdade do Plano Nacional de Direitos Humanos (3º PNDH) – texto sugerido pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, que pressupõe a investigação de torturadores e das organizações de esquerda que atuaram no período – concluíram satisfatoriamente as discussões. Jobim afirmou que “mexer na anistia seria reabrir velhas feridas sem ganhar nada em troca”, já que ela foi fruto de um acordo entre o governo e organizações de esquerda da época. Segundo *O Estado*, os ministros que votaram contra a revisão invocaram a dimensão política do ato de 1979 e o contexto de redemocratização do país e, mesmo um dos juízes que votou a favor da revisão do documento, Ricardo Lewandowski, defendeu que a justiça deveria julgar caso a caso para determinar a classificação do crime. O relator da ação, Eros Grau, destacou que apenas o Congresso Nacional poderia rever o texto e que o STF não está autorizado a reescrever leis, declaração que, segundo Marcos Nobre, em artigo publicado pela *Folha*, é um “suicídio institucional” para o STF. A decisão recebeu críticas da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial da sul-africana Navi Pillay, alta comissária de direitos humanos. Segundo Pillay, o Brasil deveria seguir o exemplo de países latino-americanos como a Argentina, que permitiu a investigação dos responsáveis por atos de tortura, lutando assim contra a impunidade e lidando com seu passado. De acordo com o jurista espanhol Fernando Mariño Menendez, a decisão “é incrível e uma afronta. Leis de anistia foram tradicionalmente formuladas por aqueles que cometeram

crimes, seja qual for o lado. É um auto perdão que o século 21 não pode mais aceitar”. Além das críticas da ONU, o Brasil é réu em julgamento da Corte de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que exigiu uma posição do país com relação à Lei da Anistia antes do início das eleições. A fase final da decisão da Corte poderá condenar internacionalmente o país a não mais usar a Lei de Anistia como argumento para isentar de punição acusados de crimes contra a humanidade cometidos no período militar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/05/10; Folha de S. Paulo – Brasil – 02/05/10; Folha de S. Paulo – Brasil – Opinião – 04/05/10; Jornal do Brasil – País – 01/05/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/05/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/05/10)

2- Brasil poderá emprestar aviões Tucanos para ações contra o narcotráfico no Paraguai

Conforme publicou o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Brasil poderá enviar ao Paraguai aviões Tucanos de treinamento militar para que sejam utilizados em operações de combate ao narcotráfico e à guerrilha na região fronteira entre ambos países, informação que foi divulgada pelo assessor do Ministério da Defesa paraguaio. O país vizinho tem sofrido com a insegurança, devido às ações da guerrilha do Exército do Povo Paraguaio (EPP). Ademais, o país pediu ao Brasil que reavalie sua decisão de conceder refúgio a três guerrilheiros do EPP que residem no país desde 2003. No dia 30/04/10 o Ministério da Justiça, em nota, destacou que “deve estar claro que apenas a apresentação de provas fundadas à luz do direito pode ensejar uma eventual reanálise do refúgio”. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/05/10)

3- Brasil é contra a assinatura do Protocolo Adicional do Tratado de Não Proliferação Nuclear

O jornal *Folha de S. Paulo* destacou que o Brasil deveria aderir ao Protocolo Adicional do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), o qual prevê inspeções mais rigorosas às instalações nucleares. De acordo com o jornal, a adesão seria positiva, pois possuir armas nucleares é demasiado dispendioso e gera desconfiança nos países do entorno e, dessa forma, compromete a integração econômica regional. O governo é contrário à assinatura de tal documento, como consta na Estratégia Nacional de Defesa de 2008, a fim de preservar a tecnologia autóctone de enriquecimento de urânio. Existe uma posição divergente entre os interesses dos países que possuem a bomba nuclear e os que não possuem, pois enquanto os primeiros procuram impedir que outras nações produzam armas de destruição em massa, os segundos, como no caso brasileiro, protestam contra a lentidão do desarmamento nuclear. Em entrevista a *Folha*, Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, afirmou que a prioridade deve ser o desarmamento nuclear negociado de maneira multilateral, posicionando-se contra a priorização da assinatura do TNP, pois crê que é necessário haver uma primeira resposta contundente por parte dos países portadores das armas nucleares. Em relação a uma possível decisão unilateral por parte da Argentina, Amorim ressaltou a parceria estratégica através da Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade (Abacc) como exemplo de mútua confiança entre os países no

que tange a esse tipo de tecnologia. (Folha de S. Paulo – Opinião – 02/05/10; Folha de S. Paulo – Mundo – 03/05/10)

4- França iniciará construção do primeiro submarino modelo Scorpéne adquirido pelo Brasil

Conforme noticiou o periódico *O Estado de S. Paulo*, será iniciada, no dia 27/05/10, na França, a construção do primeiro dos quatro submarinos modelo Scorpéne adquiridos pelo Brasil, cuja conclusão está prevista para 2016. Os demais submarinos serão produzidos até 2021 em um estaleiro brasileiro que se encontra em construção no município de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro. O estaleiro será capaz de dar suporte a dez submarinos e poderá produzir duas novas unidades ao mesmo tempo. Para janeiro de 2022 é esperada a entrega do submarino de propulsão nuclear, o SN-Br, mas este depende de outros projetos, como por exemplo, o domínio completo do fabrico de combustível nuclear a partir de urânio enriquecido. Em agosto de 2010 serão enviados à França um grupo de engenheiros brasileiros, com a incumbência de aprenderem a construir os dois modelos de submarinos, e 60 militares-instrutores, que comporão parte da tripulação inicial do submarino nuclear. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/05/10)

5- Decisão sobre escolha final do caça para Projeto F-X2 está próxima

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a decisão sobre o caça a ser comprado para o projeto F-X2 da Força Aérea Brasileira (FAB) deverá ser anunciada até o final do mês de maio de 2010. Segundo o ministro da Defesa, Nelson Jobim, "há três momentos na decisão: o da consolidação da minha exposição de motivos, em fase de conclusão; o envio ao presidente que, então, convocará o Conselho de Defesa Nacional, o conselho é consultivo e opinará e só depois o presidente decidirá." (O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/05/10).

6- Empresa privada mostra interesse em participar do Plano Nacional de Defesa

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, durante um seminário sobre segurança internacional promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em parceria com o Ministério da Defesa, o presidente do grupo empresarial Odebrecht, Marcelo Odebrecht, afirmou que o Brasil é o único país "que pode conciliar e catalisar movimentos bolivarianos da América Latina com as democracias da região" e que as empresas brasileiras podem usufruir desse movimento, com perspectivas de integração entre as empresas privadas e o Plano Nacional de Defesa. Afirmou que o Brasil é o único país capaz de desenvolver um cluster empresarial para defesa da América do Sul, pois sua postura conciliadora e pacífica transmite confiança para os países da região, o que ajuda muito na atuação das empresas na área da defesa. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 07/05/10)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Suellen Maiolli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)